

Heranças e direitos dos jovens do Contestado

Gilberto Tomazi*

Resumo

O Contestado é um dos maiores movimentos populares e conflitos armados da história do Brasil. Aconteceu entre 1912 e 1916 e abrangeu uma região que equivale à terça parte do território catarinense e o sudoeste do Paraná. Além de sua amplitude geográfica, do tempo prolongado da guerra, impressiona o fato de que tenha envolvido diretamente algumas dezenas de milhares de pessoas e ocasionado milhares de mortes. O Contestado marcou e continua ainda hoje a influenciar a vida, a cultura e a religiosidade dos que dele sobreviveram e seus descendentes. Depois de quase um século, o próprio Contestado já foi ressignificado de tal forma que a juventude e toda a comunidade cabocla encontra nele um sentido, uma inspiração e uma mística que lhe permite viver no presente de maneira solidária, com estima e reconhecimento, enfrentando a dura realidade em que se encontra, confiante em dias melhores. O presente trabalho aborda a participação, atuação e influência da juventude nessa guerra, bem como alguns direitos e heranças culturais do Contestado. Apresenta-se uma síntese da história da guerra do Contestado, relatando aspectos da identidade cabocla, de sua economia e utopia, inclusive alguns elementos da recepção e ressignificação do Contestado pelas novas gerações.

Palavras-chave: Contestado. Heranças Culturais. Direitos. Religião. Juventude.

* Mestre e doutorando em Ciências da Religião pela PUC – SP; professor e Coordenador do Curso de Especialização em Juventude, Religião e Cidadania, do Instituto Teológico de Santa Catarina; Coordenador de Pastoral e sacerdote da Diocese de Caçador; Rua Mafra, 235, Cx. P. 227, Bairro Bom Jesus, 89500-000, Caçador, SC; giltom3@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É inegável que questões de ordem econômica e política, assim como a questão das fronteiras entre Santa Catarina e Paraná, influenciaram decisivamente na guerra do Contestado. Também é verdade que a participação de adolescentes e jovens nessa guerra foi significativa. Tais questões, além da própria guerra serão abordadas apenas nos seus aspectos mais relevantes, porque não há como omiti-los; porém o objetivo deste artigo é refletir sobre heranças e direitos dos jovens do Contestado, episódio bélico que deixou cicatrizes profundas na alma e na cultura cabocla do sul do país e dívidas sociais a serem creditadas às novas gerações.

Uma das heranças importantes do Contestado é a bibliográfica. Tanto a historiografia quanto a tradição oral passam por um processo de ressignificação permanente. Este artigo contempla uma rápida análise bibliográfica sobre o Contestado e aprofunda alguns aspectos da herança cultural apresentada pelos mais velhos e ressignificada pelas novas gerações.

O termo Contestado remonta a meados do século XIX, quando teve início a disputa dos limites territoriais entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Tal disputa foi concluída em 1916, ano em que foi assinado o acordo definitivo sobre os limites entre os dois estados. Foram 48 mil quilômetros quadrados de terras disputados, que compunham o “chão Contestado.”

Os direitos dos descendentes do Contestado fazem parte de um tema que se encontra implícito em algumas obras, porém em nenhuma delas mereceu centralidade. Pode-se afirmar que praticamente não há estudos aprofundados sobre a participação de jovens no Contestado e nem sobre a ressignificação dessa experiência nas novas gerações, dos descendentes dessa guerra.

Faz-se necessário compreender a mística que moveu outrora muitos jovens à luta contra diferentes formas de violência, para disso se poder perceber os desafios e rumos dos atuais processos de organização popular juvenil, assim como os seus avanços e limites. Sem isso os vencidos de outrora continuarão vencidos hoje e a sua sabedoria continuará sendo desprezada, sua memória continuará sendo apagada e seus sonhos abafados. E, desse modo, os descendentes dos caboclos que outrora lutaram no Contestado e por isso foram tachados de fanáticos, ban-

didos, lunáticos, incultos, alienados, etc., que ainda hoje carregam as heranças desse estigma, quiçá possam um dia sentir-se novamente protagonistas de sua própria história, a seu modo e conforme suas crenças, mitos e sonhos.

2 POVOAMENTO E GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DO CONTESTADO

A questão do povoamento da região onde ocorreu o Contestado é um tanto controversa. Há pouquíssima documentação e a memória popular, ambígua e fragmentada, não é suficiente para a compreensão do povoamento. Sabe-se que desde o início do século XVI alguns viajantes europeus, como Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, seguido por outros espanhóis, portugueses, bandeirantes paulistas e Jesuítas, percorreram a região do Planalto Catarinense, mas nenhum deles deixou marcas significativas para a história da região. Eles não vinham para ficar, apenas estavam de passagem.

Foi a partir do século XVIII, com o ciclo do ouro, em Minas Gerais, que novos caminhos foram abertos e, sertões antes praticamente desconhecidos, começaram a ser habitados. Cavalos, muares e, principalmente, o gado bovino do Sul começaram então a ser transportados para a feira de Sorocaba, em São Paulo. Com isso abriu-se o Caminho das Tropas, também chamado Caminho Viamão-Sorocaba.

Além dos indígenas das comunidades Kaingangs, Xoclengs e Guaranis, a maioria do povo que habitava a região, até meados do século XIX, era de caboclos, provindos principalmente da miscigenação entre indígenas dessas comunidades, afrodescendentes, preponderantemente de origem banto e congolês, portugueses-paulistas e espanhóis já radicados na Argentina, Uruguai e Paraguai, entre outros. Somente a partir de meados do século XIX é que começaram a chegar na região as primeiras famílias de origem alemã, italiana, polonesa, entre outras. Estes, ao chegarem na região, foram tomando posse do território, dos recursos naturais nele inerentes e também dos costumes e crenças aí existentes. Procuraram subjugar aos demais, impondo-lhes suas ideologias, culturas e tradições. Isso não é regra geral. Ávila da Luz (1999, p. 45) fala que os jesuítas e os espanhóis não puderam se expandir ao Oeste catarinense porque naquela região habitavam os índios kaingangs que não o permitiram. Houve exceção à regra,

porém prevaleceu a cooptação de indígenas de uma tribo contra outra e de afrodescendentes contra indígenas. Os eurodescendentes, especialmente paulistas, obrigavam negros, mamelucos e indígenas a caçar seus próprios parentes, a fim de alcançarem mais poder e ampliarem o número de escravos.

As primeiras comunidades de não indígenas foram constituídas de escravos fugitivos e de proles de tropeiros que foram se estabelecendo lentamente a partir do final do século XVIII, na rota Rio Grande do Sul a São Paulo. Em virtude do tempo que demorava a viagem, os tropeiros tinham seus lugares de pouso ou descanso em diversos pontos do caminho das tropas. Esses locais foram sendo transformados em vilas e cidades. Locais onde se faziam negócios, erigiam capelas, casas de prostituição, famílias, normalmente sem a presença do pai, centros de poder político, de onde partiam as expedições para o massacre dos indígenas e caboclos. Entre esses locais destaca-se a Villa de Lages, que foi desmembrada da Província de São Paulo e anexada à capitania de Santa Catarina, em 1820.

Em 1838, caravanas paulistas saídas de Curitiba, ocuparam os campos de Palmas e depois Campo Erê e se estabeleceram com 37 fazendas de criação de gado. Esse primeiro processo de invasão das terras da região ocorreu com o estabelecimento de grandes fazendas de criação de gado, onde cada uma contava com algumas famílias de caboclos denominados de agregados ou peões. Estes, além de cuidar do gado do fazendeiro ou do coronel, conforme o caso, também tinham o encargo de impedir a entrada de possíveis intrusos na área ocupada, bem como expulsar ou matar antigos posseiros ou moradores dessa área. Caso lhe restasse algum tempo, deveriam colher erva-mate e fazer roças, criar galinhas e porcos para o sustento da sua família e da família do seu patrão. Essas fazendas foram se instalando à custa de muita violência. Estruturavam-se sob um sistema de extermínio dos antigos moradores ou de servidão e compadrio. O “Seu Irani” (apud LISBOA, 1997, p. 4, 7), da comunidade do Morro do Horácio, de Florianópolis, conta que quando ele morava na região do Contestado, há muitos anos atrás,

[...] a gente morava sempre de agregado como a gente dizia, agregado dos fazendeiro. Então lá, eles fazia uma casinha véia de pau a pique, madeira, derrubada a machado, partido e fazido uns tabuão, era costa de mato, então só tinha que viver assim, tinha que morar assim, outro lugar não tinha. [...] A maior parte a gente trabalhava pros fazendeiros porque naquele tempo a gente era tipo escravo, o precinho era pequenininho e então tinha que trabalhar para poder conseguir vir o açúcar, o sal [...] a banha tinha criola

porque nos mesmo criava os porquinhos[...]; então a maior parte do serviço que a gente fazia era fazer estrada de mato, roçar assim pras criação passar, era só matão. E que nem nós lá, meu pai pegava aquele serviço, pra poder ir pagando as dívida da venda que ele devia né, por que quando comprava na venda, pagava com serviço. Tinha o tempo certo pra fazer as rocinhas pra gente, [...] por que os fazendeiros queriam que a gente trabalhasse direto pra eles.

Nos primeiros 15 anos do século XX, em um clima de negociatas, beneficiando chefes políticos situacionistas e coronéis locais e estaduais, surgem algumas companhias com projetos de colonização, exploração florestal e de construção ferroviária. Destaca-se a Brazil Railway Company, ligada ao Grupo Farquhar, dos Estados Unidos da América, que, em 1908, recebeu, do então presidente Afonso Pena, a concessão da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no trecho que liga União da Vitória a Marcelino Ramos. Em troca da construção da estrada, essa empresa recebe o direito de propriedade e de explorar 15 quilômetros de cada lado dos trilhos (MONTEIRO, 1974, p. 31). O governo “não sabia” que havia milhares de habitantes nessa região. Esses habitantes perderam os seus bens, as suas propriedades, o direito de habitar nesse chão e, grande parte, perdeu, também, a vida.

Subsidiária dessa empresa, em 1911 surge a Southern Brazil Lumber and Colonization Co., que se apropria de 180 mil hectares de terra em área de jurisdição contestada. A expulsão dos ocupantes, tidos como intrusos, é executada, e a moderna exploração madeireira instalada arruína os pequenos produtores locais e leva à falência as pequenas serrarias locais. Esta empresa, além de não trazer benefícios para os habitantes do Contestado, procurou iludi-los de que traria o progresso e o bem-estar para todos.

A realidade de sofrimento e violência sempre traz consigo uma dívida a ser creditada às novas gerações e, também, uma semente de contradição. Alguns monges, místicos ou profetas, que passaram pela região aglutinaram muitas pessoas em torno de si e de seus ensinamentos, entre eles destacaram-se João Maria e José Maria. Eles levantaram a autoestima daquele povo, valorizaram certas maneiras de pensar e agir, acrescentaram a isso novas reflexões, questionaram suas ambiguidades ou contradições, denunciavam as injustiças e fomentaram a esperança de que a realidade presente era dona da última palavra e que era possível construir um mundo fraterno, solidário, respeitoso da natureza e pacífico.

Também apontaram para uma monarquia celeste, a ser resgatada e defendida, sonhada como reino de amor, paz e justiça que se esperava no horizonte. Junto a este sonho foram crescendo, na consciência popular, os valores éticos e religiosos, como insubmissão, resistência, não violência e antisservidão.

Como afirma Thompson (1998, p. 260-261), “[...] a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada), mas também articulada nas relações diárias da comunidade, sendo mantidas apenas por concessão e proteção [...]” Para ele, existe uma série não verbalizada de entendimentos mútuos (ou obrigações mútuas), e o que acontece é uma constante sondagem da parte dos governantes e dos governados para ver o que podem fazer sem incorrer em sanções, para testar e descobrir os limites da obediência e da desobediência.

3 O CONTESTADO

Um acontecimento do tamanho do Contestado não pode ser analisado a partir de apenas um fator-causal. Porém, os limites humanos impossibilitam que ele seja analisado considerando todos os fatores correlacionados. Sendo assim, aqui serão apontados apenas alguns de seus aspectos considerados mais relevantes.

Traçando uma linha que passa entre os municípios de Palmas, União da Vitória, Rio Negro, Lages, Curitiba e Campos Novos, abrangendo cerca de 28 mil quilômetros quadrados, terça parte do atual estado de Santa Catarina, região do Meio-Oeste e Planalto Norte, abrangendo também uma parte do Sul e Sudoeste do Paraná, foi a região onde ocorreu, na segunda década do século XX, um dos conflitos sociais mais sangrentos da história do Brasil. Calcula-se que em 1910 havia nesta região cerca de 50 mil habitantes (CORRÊA, 2000, p. 107); destes, cerca de 20% foram mortos (VALENTINI, 1998, p. 183). Existem diversos cemitérios, em toda a região, que lembram esse conflito sangrento. E, apenas para citar um exemplo do número de mortos em um dos últimos combates da guerra, Thomé (1992, p. 99) afirma que em Santa Maria (no atual município de Timbó Grande), no dia 5 de abril de 1915 “[...] seis mil casas foram incendiadas, depois de mortos aproximadamente 600 caboclos, sem contar mulheres e crianças.”

A coluna vertebral que fez surgir e deu continuidade à guerra do Contestado, não foi tão somente a existência de uma classe empobrecida, vivendo em uma situação de semiescravidão, também não foi o fato de terem passado pela região alguns monges ou profetas que acirraram os ânimos e a rebeldia cabocla. Trata-se, fundamentalmente, de uma opção política, coronelista e empresarial que, para acumular mais lucros e poder, achou por bem fazer uma limpeza da área (THOMÉ, 1992, p. 100). Para executar esse projeto, foram necessários muitos recursos financeiros dos cofres públicos e pelo menos quatro anos de intenso trabalho por parte do exército brasileiro, das forças imperialistas instaladas na região e dos coronéis e vaqueanos.

A companhia norte americana Southern Brazil Railway, para fazer a “guarda” da Madeira Lumber, uma de suas subsidiárias construída na atual cidade de Três Barras, possuía um corpo de segurança de 300 pessoas armadas, o que representava na época, um efetivo superior ao do Regimento de Segurança de Santa Catarina, que em 1910 era de 280 homens. Esses guardas, além de abrir caminhos para a madeira retirar pinheiros e imbuías sem restrições, também expulsavam os moradores locais ou matavam os que se recusassem a deixar o território.

A questão dos limites ou fronteiras entre os estados de Santa Catarina e Paraná foi outro fator acionador da guerra. Houve um longo período de indefinição e disputas que marcaram a natureza da ocupação demográfica da região e a cultura local. A chamada região contestada situava-se entre as províncias de Santa Catarina e Paraná. Contendas sobre a região já afloraram entre políticos e parlamentares em 1853, ano em que a comarca de Curitiba foi desanexada da província de São Paulo e elevada à categoria de província, com o nome de Paraná. Por não estarem definidos os limites territoriais entre os estados, agravou-se o conflito quando o Paraná quis firmar posse da região de Lages, Campos Novos e Curitiba, que Santa Catarina entendia ser dele e, quando um grupo de homens catarinenses se juntou a José Maria, no atual município do Irani, região que Paraná entendia ser dele. Cada Estado contestava para si uma quantia aproximada de 20 ou 28 mil km² além dos seus limites territoriais atuais. Eram 48 mil km² de terras disputadas. Essa disputa somente foi concluída em 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os estados assinaram um acordo que dividiu praticamente ao meio a região contestada, ficando estabelecidos os limites tal

como estão hoje. Para os caboclos do Contestado essa luta por territórios não fazia o menor sentido. Eles teriam interesse em pertencer a este ou àquele Estado? A vitória ou derrota nessa disputa não alteraria as suas condições de vida. Assim mesmo, foram forçados a dar a vida por causa das divisas territoriais.

Antes de ser acionada a guerra do Contestado e da instalação das grandes fazendas na região, a terra praticamente não tinha grande valor comercial para o povo da região. Ela não era vendida ou comprada, somente ocupada. Chegando em um lugar desabitado, abria-se uma clareira na mata, plantava-se uma roça, construía-se uma pequena casa e ali se estabelecia. Qualquer pessoa ou família podia se estabelecer em qualquer lugar desabitado ou em algum lugar cedido por outro morador mais antigo. A exemplo das aldeias indígenas ou das reduções jesuíticas, normalmente as famílias procuravam se estabelecer próximas, formando pequenos agrupamentos humanos, pequenas comunidades. Era uma condição de sobrevivência. Até então, poucos pensavam em documentar a terra que ocupavam, outros sequer sabiam da necessidade e importância de fazê-lo. De qualquer forma, uma vez estabelecidos, passavam a sentir-se pertencentes àquela terra e donos de si e dos seus poucos bens.

Com a abertura da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, a empresa Brazil Railway Company começou logo a desalojar todos os moradores que estavam em sua faixa de concessão, assim como explorar a madeira existente nessa faixa e também fora dela. Os habitantes desalojados não tinham a quem recorrer nem com quem reclamar qualquer indenização. Diferentemente do que pensavam os antigos moradores de que a “terra era um bem comum”, agora, amparados pela Lei de 1850 sobre a questão das “terras devolutas,” os donos das grandes fazendas de criação de gado, da colonizadora e da construtora da estrada de ferro, a transformam em “terra de ninguém”, em propriedade privada e em mercadoria. Desse modo, pode-se afirmar como o Capitão Matos Costa¹, que também derramou seu sangue no Contestado, que “[...] a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados das suas terras, dos seus direitos, da sua segurança.” (PEIXOTO, 1916, p. 94). Machado (2004, p. 73, grifo do autor) afirma que:

Uma nova Lei de Terras de 1854 ampliava o prazo para a legitimação de posses, que acabou por tornar-se uma verdadeira “indústria” na época. Muitas pessoas que dispunham de uma posição privilegiada nos diversos es-

calões do Estado, principalmente tabeliães, agrimensores, advogados e os próprios grandes fazendeiros, passaram a legitimar como suas regiões que pouco ou nada conheciam, mas que, pela situação geográfica, seriam terras valorizadas rapidamente, independentemente de quem de fato as habitasse e cultivasse.

Para a efetivação destes latifúndios, muitos pequenos posseiros e comunidades de nativos foram aos poucos sendo dizimados, despejados ou, quando muito, sendo contratados como peões, em uma condição miserável e em um trabalho de semiescravidão nas fazendas. Alguns grupos econômicos e especialmente as empresas de colonização logo viram que ao se apropriarem daquelas terras, poderiam ter altíssimos lucros (AURAS, 1995, p. 42), tanto explorando suas riquezas quanto revendendo-as aos novos colonos que, aos poucos, para lá se dirigiam, a fim de comprar terras e habitar. As constantes expropriações de terras levaram os antigos posseiros aos ajuntamentos nos redutos (MACHADO, 2004, p. 142).

O pinheiro *Araucária Brasiliensis*, encontrado em abundância na região, seu tronco muitas vezes ultrapassa 30 metros de altura e 1,50 metros de diâmetro, era um dos recursos naturais mais cobiçados pelos “progressistas”. Para o habitante da região, mais que a madeira, era o fruto dessa árvore que tinha maior valor. O pinhão era um dos seus alimentos fundamentais, consumidos durante mais de metade do ano, não somente pelas pessoas mas, também, pelos animais. O Grupo Farquhar instalou a serraria de Três Barras onde eram serrados 300m³ de madeira diariamente, somando 1.050 dúzias de tábuas, de elevado valor comercial. Era o mais moderno empreendimento do gênero, na época, da América do Sul (CUNHA, 1982, p. 112). A estrada de ferro que deveria trazer desenvolvimento à região, serviu para transportar militares e para facilitar o saque da madeira e de outras riquezas da região, assim como para abrir os caminhos da colonização. Os agricultores, descendentes de italianos e alemães, possuíam famílias grandes e não se interessavam em contratar mão de obra alheia, por isso preferiam comprar colônias desabitadas. Eis aqui outra razão inerente à tese da “limpeza de área”, já apontada.

Diante da crueldade promovida por diversos agentes de violência e legalizada pelo governo republicano, isso somado ao processo de exploração e expropriação comandado pelas empresas de colonização instaladas na região, além do

fato de sentirem-se violentados de tantas outras formas nos seus direitos e na sua dignidade, os caboclos do Contestado, procurando formas de resistir a tudo isso, agarraram-se às mensagens de santos populares como João Maria e José Maria e, aos poucos, aos milhares, constituíram redutos. Buscavam, não a guerra, mas fundamentalmente: garantir direitos, defender a justiça, resistir, implantar uma monarquia divina, defender a paz, vingar-se e fugir da guerra até onde fosse possível. E quando não era mais possível fugir da guerra que lhes era imposta, então partiam para o combate, para a luta armada. Essa luta era extremamente desigual, enquanto uns possuíam facão de pau, outros dispunham de aviões, canhões e metralhadoras. É verdade que aos poucos o povo foi se entrincheirando. Suspeita-se que o próprio governo da república o entrincheirou-o, a fim de legitimar os ataques da força militar contra os redutos.

Dando testemunho aos acontecimentos correlacionados ao primeiro combate acontecido no Irani, próximo dos campos de Palmas, no Paraná, tem-se uma carta escrita por Maneco Lira de Jesus² para ao seu cunhado Duca Pimpão, morador na Fazenda da Roseira, zona do Contestado, em Santa Catarina, que diz:

Intendi de lhiscrevê algumas palavra pra mode contá do suicido aqui no dia 22 de outubro. O nhô Chico Arbuquerque dos Curitibanos mandô dizê pro governo lá na Capital que o meu cunhado Zêmaria instava arriunindo gente pra guerreá cos povo dele. O cunhado Zêmaria incontroce comigo. Ele me diçe que ia acampá coa gente dele nos fundo do Faxinar do Irani que é a fazenda grande da frigorífica. Daí eu fui co ele e gente acampá no Faxinar. Nós tinha poco mantimento. O povo trazia farinha de miio e matemos uma vaca gorda no rincão do Boi Barroso. O meu cunhado Migué Fragoso no que sobe em Parma que a poliça do Paraná vinha batê a nossa gente, rionio o povo dele e veio se ajuntá com nós. Ele combinô que não si atirava in nenhum individuo que apareceçe, mas achava bom a gente istá pronto. Disque a força do Paraná era de 500 home. Tinha 30 mir cartucho, duas boca de fogo e era orde do governo matá os fanático. Intão nós se intendemo que fanático era nós. O cunhado Fragoso e nhô Zêmaria combinaro que si eles fosse com jeito, nós si arritirava mais si quizece nós iscorava que catarinense não se arripia dî pessoal do Paraná. Elis dero o primeiro tiro. A gente só si defendeo.

Foram cerca de 20 a 30 mil pessoas que, acreditando obedecer a ordens superiores, que vinham “do além”, juntaram-se em diversos redutos e lutaram em uma guerra que durou quatro anos. Falavam, agiam, viviam, matavam e morriam em nome de Deus, da virgem Maria, dos santos de devoção e dos santos monges

que por ali passaram recentemente e que, conforme a crença de muitos, logo voltariam. E, mesmo não estando presentes em seu corpo, continuavam presentes em espírito, ou por meio das mensagens deixadas outrora e que eram rapidamente divulgadas, ou das que eram ainda transmitidas pelos monges e recebidas por alguns adolescentes e jovens, tidos por puros, virgens ou videntes, que logo as repassavam às demais.

Esses caboclos e caboclas, crianças, jovens, adultos e velhos, que lutaram na guerra do Contestado, foram denominados primeiro de fanáticos e depois de jagunços. Esse último termo, pejorativo e discriminatório, significa o mesmo que pelados-violentos ou bandidos-capangas a serviço dos coronéis e fazendeiros. Eles, mesmo sendo pacíficos, herdaram a fama de possuírem uma índole guerreira e de serem violentos. Foi projetado, para dentro do mundo caboclo, por parte dos coronéis, militares, governantes e colonizadores, um espírito de violência. A denominação de jagunços aos caboclos do Contestado foi a forma encontrada de torná-los não humanos, monstros, assassinos e bandidos, a fim de que o massacre já em execução fosse justificado. Durante alguns anos após a conclusão da guerra, continuava sendo permitido matar, sem nenhuma punição, quem quer que fosse julgado jagunço ou fosse familiar, adepto ou parecido com os caboclos que participaram da guerra (MACHADO, 2004, p. 322).

Outro aspecto correlacionado aos direitos do povo do Contestado é de ordem cultural. Não se pode afirmar que antes do processo de colonização ou durante o processo de miscigenação cultural, antes da guerra, houvesse uma espécie de vida paradisíaca entre os indígenas e caboclos. Porém, também, não se pode negar que os danos e prejuízos causados, na região do Contestado, pelo processo de modernização e desenvolvimento capitalista foram enormes. Antes havia uma construção identitária ligada ao mundo rural; a uma região repleta de rios caudalosos e de matas fechadas e virgens, plenas de araucárias milenares, imbuías, canelas, ervais e outras tantas. Não havia necessidade de se fazer grandes roças, pois eram abundantes os peixes, os animais e aves do mato, assim como as frutas silvestres. Plantava-se a mandioca, o milho, a batata-doce e algumas outras hortaliças ou leguminosas, mas isso não dependia de trabalho escravo e nem da exploração do trabalho alheio. Não havia propriedade privada da terra e nem fome e miséria. As necessidades elementares eram satisfeitas com certa facilidade. Não havia necessidade de reconhecimento de firma ou registros em

cartório, porque a palavra dada normalmente era respeitada. Havia solidariedade e os valores da vida não tinham como eixo o mercado e o consumo. O direito de viver daquela forma, aos poucos foi sendo tolhido e outras necessidades foram sendo criadas: escolas, indústrias, mercados, estradas, luz elétrica, igrejas, governos, televisão e polícias.

A própria terra deixou de ter um valor sagrado e místico e passou ter um valor econômico. A mãe foi transformada em mercadoria. Os ancestrais que, de quando em vez, se manifestavam espiritualmente foram rechaçados e ridicularizados. Não houve apenas uma invasão de estrangeiros, de imperialistas com objetivos econômicos e políticos. Houve também uma tentativa de colonização do espírito e dominação da alma cabocla. Nelson Werneck Sodré (apud OTTEN, 1990, p. 44), ao analisar a história da dominação cultural brasileira afirma que:

[...] para o exercício da colonização, os brancos “superiores” estavam naturalmente destinados a dirigir e governar; os indígenas eram imprestáveis para as tarefas peculiares à “civilização”; os negros eram destinados, naturalmente, ao trabalho e aptos apenas a isso, pelo exercício de atividades físicas e necessitados de compulsão, pela violência, para obrigá-los ao exercício dessas atividades.

É verdade que nem tudo foi imposição e dominação. A cultura não é fixa, é dinâmica. Não houve apenas recepção passiva da dominação. Houve, por parte da cultura popular, capacidade de filtrar, peneirar e selecionar elementos culturais estranhos à cultura local, a ponto de esta, resistir e inclusive guerrear em defesa de costumes, tradições e reconhecimento. Halbwachs (1990, p. 116) afirma que “[...] um povo que conquista um outro pode assimilá-lo: mas então ele mesmo se torna um outro povo, ou pelo menos entra em outra fase da sua existência.”

O Contestado pode ser entendido não somente a partir de suas causas econômicas, limítrofes, políticas e sociais. A dívida social a ser creditada às novas gerações da atualidade não se reduz apenas a questões de ordem material. Há, também, um viés cultural a ser considerado e resgatado. Muito já se tem falado sobre as origens da cultura brasileira, são comuns expressões que vão desde encontro de culturas até genocídio cultural. Na região do Contestado ambas as definições são cabíveis. Pode-se, porém, afirmar que em partes houve um encontro entre povos e culturas estranhas, onde a conjunção, a soma e a alteridade foram formando a

identidade da comunidade cabocla, no chão Contestado. Todavia, esta alternativa foi profundamente abalada, quando sobreveio a guerra e, com ela, a sobreposição de um modelo capitalista excludente. Porém, a resistência popular, a viabilização de alternativas e o sonho de outro mundo possível, edificados durante o Contestado, permanecem vivos na atualidade dos setores populares e juvenis.

Para os missionários e também para as elites intelectuais da época, o problema da guerra estava correlacionado ao problema das crenças supersticiosas e da ignorância. Para os missionários, faziam-se indispensáveis os agentes ordenados da religião católica, para instruí-los e mostrar-lhes as belezas dessa religião com suas verdades, ritos e normas, possibilitando, assim, que aqueles pudessem se tornar católicos de verdade. Pode ser paradoxal, mas acreditavam que supersticiosos ignorantes poderiam se tornar verdadeiros católicos. Para o Capitão Matos Costa que era, na época do Contestado, responsável para guarnecer a região de Canoinhas e União da Vitória, a revolta do Contestado era em virtude da espoliação, dos sertanejos, de suas terras, direitos e segurança, bem como em razão da sua ignorância e falta de instrução (PEIXOTO, 1916, p. 94). Seguindo esse pensamento, o Deputado Maurício de Lacerda, provocou um debate na Câmara dos Deputados, afirmando, entre outras coisas, que “[...] quem não conhece a ínfima elevação intelectual do nosso sertanejo, do homem do povo do interior, ignorante, analfabeto, propenso, por isso mesmo a se revoltar animalmente, contra qualquer opressão, qualquer injustiça!”³

Para se impor e dominar, a pretensa hegemonia branca, católico-clerical, ancião-patriarcal, capitalista-burguesa, consumista, racionalista, cientificista, militar, sedentária, urbana, europeia ou norte americana, lançou mão de cerca de 2/3 de toda a força militar existente no país na época, para utilizar contra o movimento do Contestado. Com a morte de muitos caboclos, muita riqueza cultural também foi destruída. Por ter sido considerada estranha, atrasada, antiga, chucra, ignorante, comunitarista, segundo a intelectualidade do país, essa cultura foi descartada. Isso era considerado necessário para o Brasil poder avançar, evoluir, progredir, desenvolver-se e industrializar-se.

Ainda no que se refere aos aspectos culturais, pode-se perceber que existem outras dívidas a serem creditadas em favor das novas gerações. Uma delas consiste no fato de as crenças populares terem sido reduzidas à irracionalidade, às crendices e superstições desprovidas de significado e prenes de ignorância

e violência autodestruidora. Outra delas nasce do fato de ter sido sobreposto um suposto mundo mais evoluído, moderno e desenvolvido, reduzindo outras formas de conceber o mundo e a vida ao âmbito do folclore ou do esoterismo. A experiência religiosa foi impedida de ser objeto da ciência e a religiosidade foi forçada a deixar de ser um modo de explicar, justificar e, de algum modo, controlar uma realidade social que pode ser perigosa demais para ser enfrentada por outros meios, além do simbólico.

Na base do movimento do Contestado havia uma mística e um imaginário que lhes ofereciam sentido e compreensão para a luta. Os caboclos foram forjando um novo universo religioso, constituído de um tempo e um espaço sagrados e fundamentado em uma fé profunda, capaz de resistir até a morte, em nome de Deus, às violências e maus-tratos advindos das forças adversas, seja dos militares, colonizadores, seja dos coronéis e outros mais. O universo religioso caboclo era o seu universo de sentido e não havia outro, ao menos não havia outro que lhes interessasse. A religião era o que proporcionava sentido à sua vida, nela estavam o consolo diante do sofrimento e a esperança de dias melhores. Nela se visualizavam sinais de que a realidade presente não haveria de ter a última palavra, pois há outra a ser buscada e possível, a ser construída. Esse universo foi permanentemente menosprezado e ridicularizado.

4 JOVENS NO CONTESTADO: HERANÇAS CULTURAIS E RELIGIOSAS

Existe uma vasta herança bibliográfica, cultural e religiosa do Contestado. Mais de 80 livros, dissertações e teses já foram escritos. Inúmeros monumentos, símbolos, ritos e orações existem espalhados pelo Sul do Brasil. Não será possível contemplar neste artigo uma revisão bibliográfica, nem contemplar a memória popular de tradição oral sobre o Contestado.⁴ Essa parte do artigo contempla apenas alguns elementos da historiografia do Contestado, no que diz respeito à participação da juventude. Uma participação não organizada como categoria social, mas que se destaca pela presença de indivíduos jovens nos mais variados espaços, tanto do lado dos caboclos quanto do lado do exército, do governo e da elite agrária da época.

Alguns jovens desempenharam papéis importantes durante o desenrolar da guerra. Os jovens do Contestado que tiveram uma atuação reconhecida, foram indivíduos tais como o jovem Nereu Ramos, a jovem imigrante polonesa, João Paes de Farias, Teodora, Maria Rosa, Chica Pelega, Manoel, Joaquim, Francisco Alonso e Adeodato Manoel Ramos. Estes são os jovens mais citados na historiografia e na tradição oral dos descendentes do Contestado. Alguns deles atuaram praticamente do começo ao fim da guerra, outros em apenas em alguns momentos ou fases. Suas participações e atuações foram de extrema influência e protagonismo, a ponto de serem aceitos como seres sagrados, meninos-deus, virgens, videntes e profetas. Esses jovens comandaram fases importantes da guerra, atuando como líderes de piquetes e influenciando decisivamente no dia a dia dos redutos em guerra. Muitos dos líderes dos redutos eram jovens, rapazes e moças que “davam as ordens” no cotidiano da guerra.

Havia jovens dos dois lados da guerra. Machado (2004, p. 149) faz referência a um jovem que defendia os interesses da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. “O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, em 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina.” Machado (2004, p. 256) menciona também a participação de uma jovem que ajudou redigir algumas preces dos caboclos. “[...] recorria a uma imigrante polonesa, uma jovem que não morava no reduto, para que essa redigisse as preces que seus combatentes carregavam em patuás amarrados ao pescoço.” Vale lembrar também que a constituição do exército, na guerra, era preponderantemente de jovens levados a defender a ordem, a pátria e a república no território Contestado.

Contudo, os maiores destaques encontrados na historiografia do Contestado, com relação à participação de jovens, fazem referência àqueles que viveram nos redutos. As citações de indivíduos jovens, participantes da guerra do Contestado, relatando as suas identidades, são encontradas mais claramente nos trabalhos de Vinhas de Queiroz (1977), Valentini (1998) e Machado (2004) entre outros.

Valentini (1998, p. 135) lembra a figura de João Maria Paes de Farias, conhecido por João Ventura, filho de Chico Ventura, onde ele “[...] afirmou que aquele que matou meu pai não haveria de se esconder na barriga de um peixe que nós não achasse, foi dado um jeito nele.” Fica claro na fala desse jovem o desejo de vingança pela morte do pai, que contribuiu para sua participação na guerra.

Valentini (1998, p. 135) apresenta, a partir do depoimento de Chico Ventura, a participação de outros jovens e até de alguns adolescentes, escolhidos para receber as ordens de José Maria, morto no primeiro combate no Irani. “A virgem Teodora e também Manoel, deitavam no chão e eram cobertos com um lençol branco, enquanto o povo rezava, eles recebiam as ordens de José Maria.” Tanto Teodora quanto Manoel que logo viria a substituí-la, tiveram importante “[...] influência sobre o povo da cidade Santa de Taquaruçu.” Segundo Vinhas de Queiroz (1977, p. 113, 117, 120) Manoel, tido como enviado de Deus, era um rapaz que com cerca de 18 anos passou “[...] a receber mensagens do monge (José Maria) no interior da floresta” e, ao voltar, comunicava as suas “[...] palavras sagradas” aos circunstantes. Esse jovem, exerce sobre o grupo “[...] extraordinária influência”, chegando até a acumular as funções de “[...] chefe civil do aldeamento e comandante dos homens de armas” (MACHADO, 2004, p. 200). Este jovem, depois de ter apresentado algumas atitudes moralmente desaprovadas pela comunidade cabocla do reduto de Taquaruçu, perdeu seu espaço de enviado de Deus para Joaquim, e desapareceu. Joaquim era neto de Euzébio (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 111, 115), e passou a ser chamado de Menino-deus, um “[...] menino de seus 11 ou 12 anos de idade, que ao assumir o comando ‘tomou providências’ dando uma ‘surra de vara de marmelo em Manoel, para tirar-lhe a santidade’.” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 121). Segundo Machado (2004, p. 218), “[...] a liderança de Teodora, Manoel e Joaquim não estava apenas apoiada em suas anunciadas capacidades mediúnicas e sagradas. O poder destes jovens era respeitado principalmente porque sua autoridade era bancada pelo patriarca Eusébio e sua esposa Querubina.” Outra jovem que se tornou líder no reduto de Taquaruçu foi a Chica Pelega, que Felipe (1995, p. 55) a descreve como sendo “[...] a heroína de Taquaruçu.” Segundo ele, ela era uma virgem de

Coração compassivo e generoso, logo ao chegar em Taquaruçu, atraiu todas as simpatias, principalmente das crianças e dos enfermos. Assim de imediato chamou atenção de José Maria, indo aos poucos se tornando indispensável auxiliar de enfermagem. Em breve aprendeu lidar com chás, as infusões, o conhecimento e o trato com as ervas medicinais.

Essa jovem exerceu um papel importante entre os caboclos, no primeiro reduto e ataque a Taquaruçu, onde houve muita euforia e os caboclos conquis-

taram uma vitória importante, seguida, porém, de um massacre, principalmente dos velhos e crianças. Logo após ter sido destruído, à bala e a fogo, no segundo combate, o reduto de Taquaruçu, os que conseguiram sobreviver e fugir, se juntaram no novo reduto de Caraguatá, que era liderado por Maria Rosa. Nesse reduto, Joaquim perdeu seu prestígio, ficando na sombra de Maria Rosa, que a todos cativava. Ela “[...] toma parte, montada em seu cavalo, empunhando a bandeira branca de cruz verde ao centro, infundindo ânimo e coragem aos sertanejos.” (VALENTINI, 1998, p. 136, 137). Maria Rosa era filha de Elias de Souza, lavrador da Serra da Esperança. Ela era considerada uma menina normal como as demais, mas de vez em quando se trancava em seu quarto e ficava até dois ou três dias em oração. Ao voltar para a vida normal, trazia comandos e orientação do monge José Maria, para o povo obedecer. A virgem Maria Rosa é a figura feminina de maior destaque, especialmente nos primeiros dois anos da guerra. Segundo Vinhas de Queiroz (1977, p. 151) era ela que “[...] durante as procissões marchava à frente, carregando uma grande bandeira com cruz verde.” Ela era uma menina-moça, carismática, capaz de atrair a atenção de todos, falava desembaraçadamente, e eram-lhes atribuídas qualidades excepcionais como vidente e comandante. Dificilmente alguém fazia algo sem antes consultar ‘quem tudo sabia’.” (FELIPPE, 1995, p. 55). Vinhas de Queiroz (1977, p. 151) também escreve que o povo a considerava santa e cumpria religiosamente as ordens que dela emanavam. “Era encarada como a representante da vontade do monge, de quem conhecia os secretos desejos. Designava os chefes ostensivos, destituía-os dos comandos, sentenciava.” Maria Rosa foi contemplada com o título de um capítulo do livro de Vinhas de Queiroz (1977, p. 151), o qual trata dela como sendo uma adolescente dos seus 15 anos, loura, cabelos crespos, pálida, alegre, de extraordinária vivacidade, que não sabia ler nem escrever, mas falava com desembaraço; sendo o seu pai chamado de Elias da Serra, um lavrador da região. Machado (2004, p. 222) lembra de Maria Rosa, como sendo uma moça que

[...] tinha entre 15 e 16 anos, era bonita e andava de roupa branca, montada num cavalo branco. Como “virgem”, procurou manter um comando direto sobre os “pares de França” e o conjunto da população de Caraguatá. Contudo, é ela que começa a distribuir comandos específicos, de forma, de guardas, de piquetes de briga, de reza e de abastecimento. O combate de Caraguatá [...] vencido pelos “pelados”, é considerado pela memória local o principal feito de Maria Rosa.

Havia várias tendências ou facções dentro do movimento do Contestado. Após a vitória de Caraguatá, vários líderes resolveram derrubar Maria Rosa do comando para que outros líderes mais aguerridos, passassem ao comando. Foi assim que Francisco Alonso de Souza, conhecido como Chiquinho Alonso assumiu o comando geral e Maria Rosa passou a exercer um papel secundário no conflito, ajudando no atendimento às pessoas doentes, crianças, mulheres e idosos. Chiquinho Alonso é um rapaz de uns 25 anos, que teria se proclamado a si próprio ante o povo como comandante geral e que a partir de então a Maria Rosa teria dito: “[...] atendam ele. Eu não tenho mais nada com isso” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 163, 164). Esse novo comandante, filho de Manoel Alonso, homem trabalhador, andava “[...] com aquela cisma que iria brigar muito.” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 164).

Francisco Alonso perde seu comando, quando foi morto em combate, com colonos em Rio das Antas, no dia de finados de 1914. Este ataque foi comandado pessoalmente por Alonso com um piquete de apenas 35 homens. Do lado dos colonos morreram sete e do lado dos atacantes morreram doze pessoas, entre os quais o comandante (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 203). Com a morte do jovem Alonso, quem assume o comando geral dos redutos, que perdura até o final da guerra, em 1916, é Adeodato Manoel Ramos, também conhecido como Joaquim José de Ramos ou apenas Liodato, natural do Cerrito, município de Lages. Ele assume o comando geral, com 27 anos de idade, afirmando ter sonhado com José Maria, o qual lhe ordenou que assumisse o posto de comandante geral. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 205). Em relação a esse importante personagem do Contestado, Machado (1998, p. 295) se pergunta “[...] como um caboclo, homem de cor, tropeiro e domador de cavalos, conseguiu transformar-se em comandante geral dos redutos, enfrentando metade dos efetivos do exército brasileiro, reforçado pelas polícias do Paraná e Santa Catarina, além dos milhares de republicanos [...]”

A essa questão se poderia ainda acrescentar outras características do líder guerreiro: o fato de ser jovem, religioso, músico e não alfabetizado. Sendo Adeodato, o último comandante geral dos redutos, coube a ele liderar os redutos nas fases mais críticas. Em janeiro de 1915, Adeodato liderava cerca de 10 mil pessoas no grande reduto de Santa Maria. O desfecho final da guerra é um fato controverso. Foi esta fase final, a que continua mais presente na memória

e marcou profundamente a vida dos descendentes do Contestado. Ao falar de Contestado, depois de João Maria e de José Maria, Adeodato é, ainda hoje, o personagem mais citado pelos descendentes do Contestado. Porém, tanto para os militares quanto para a historiografia mais próxima do Contestado, e, mesmo para os remanescentes e descendentes do Contestado, a figura de Adeodato foi marcada, com raras exceções, pela “demonização”. Pode-se dizer que ele se tornou uma espécie de bode expiatório. Foi projetado como modelo e catalisador do mal e sua morte foi considerada uma espécie de alívio ou apaziguamento geral. Segundo Machado (2004, p. 293, 306) coube a ele “[...] a difícil missão de lutar contra a fome, as deserções e a degeneração das práticas comunitárias nos redutos. Para seus adversários, tratava-se do ‘chefe jagunço mais cruel’, ‘assassino frio e degenerado’, responsável pelo período de ‘terror’ nos redutos do Contestado.” Esse jovem, assumiu o comando geral por ter um perfil de liderança e dominar também práticas militares. Machado (2004, p. 299, grifo do autor), assim o interpreta:

Sem dúvida, Adeodato destacou-se entre os rebeldes; inicialmente, por sua habilidade militar. Por conta da sua atividade de tropeiro e domador, conhecia cada palmo do terreno por onde passava, onde conseguir gado para arrebancar, onde e para quem vender couro e erva-mate em troca de suprimentos e munição. Manejava sua Winchester com extrema precisão, “era bom atirador, uma coisa louca”, na peleja com arma branca sabia como fazer “sangrar o pescoço” dos “peludos”. Tinha amigos e compadres espalhados por todo o sertão, os quais lhe serviam de “bombeiros” (espíões). Mas, acima de tudo, Adeodato tinha capacidade de liderança; em alguns despertava extrema fidelidade e dedicação; em outros, apenas temor. “ele mandava e não pedia”. Tinha uma voz grave e potente e impunha respeito apenas por sua presença. Também sabia encantar por suas habilidades artísticas, cantava décimas nas festas e gostava de entrar em “porfias” como desafios de trova, e exemplo de um declamador repentista. Adeodato reunia qualidades pessoais de uma liderança carismática, na definição de Weber, uma liderança que era reconhecida por deter determinadas capacidades entendidas como sobre-humanas, não necessariamente religiosas, mas prodigiosas.

Cabe destacar aqui outra versão historiográfica, mais positiva da personalidade e liderança de Adeodato, apresentada na peça teatral de autoria de Romário Boreli. Ele (BORELI apud TOMAZI, 2005, p. 92) atribui a esse último líder da guerra, ao considerar perdida a guerra, o seguinte discurso:

Aqui se acostumava dizê que um home não morre quando tem companhero, e disse ainda “nóis não semo bandido, nem matemo por gosto, porque pelo memo impurso e pela mesma ânsia, nóis enfrentemo o risco de morte, so-fremo e morremo. Se um home se alevanta e diz: ‘vô morrê se fô perciso’, pode não sê bonito, nem muito religioso, mas só acontece porque arguma coisa tá muito errada antes disso.”

Enfim, pode-se afirmar que os jovens do Contestado não assimilaram passivamente a dominação imperialista que buscava se instalar no Sul do Brasil. Pelo contrário, apresentaram-se como parte importante das forças latentes da sociedade. Sua relevância advém do fato de que eles desenvolveram uma atitude rebelde, crítica e de resistência contra o processo de instalação da sociedade capitalista na região. Basta analisar que boa parte dos comandantes ou líderes do Contestado foram jovens, que a partir da experiência dos redutos, sonharam com outro mundo possível também denominado de milênio igualitário ou de cidade santa e assumiram uma postura profética, guerreira e de busca de alternativas de vida.

O Contestado continua a exercer grande influência nas novas gerações. Atualmente, são inúmeras as expressões juvenis de resgate da memória do Contestado. Entre as organizações juvenis que valorizam e debatem o Contestado, entre suas diversas atividades, destacam-se as que trabalham com arte popular. Vale citar três exemplos. Estudantes universitários da Universidade do Contestado constituíram o grupo teatral “Temporá” e apresentam, desde 1992, uma peça teatral do Contestado em diversos municípios da região. Diversos grupos das Pastorais da Juventude promovem encontros e festivais, como o Festicontestado, contemplando diversas modalidades artísticas, inclusive inéditas, sobre o Contestado. Grupos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como o Tampa de Panela também estão apresentando uma peça teatral, de autoria própria, sobre o Contestado. Diferentemente das outras construções teóricas que procuram ver no Contestado uma coisa do passado sem relação com a realidade atual ou, então, como objeto de negócios e turismo, essa herança cultural do Contestado presente nas diferentes organizações populares de jovens procura compreender o Contestado como sabedoria popular a ser socializada, resistência diante da opressão a ser resgatada e busca de alternativas, para outro mundo possível, diante das diferentes formas de violência da sociedade atual.

5 CONCLUSÃO

Os primeiros anos da república, a modernização do capitalismo e o processo acelerado de urbanização causaram descontentamentos, medos, inseguranças e conflitos. Fizeram com que dois mundos se confrontassem, também na região contestada: o mundo da civilização, do progresso, das metrópoles, avançado, adulto, mais forte e vencedor e o mundo do sertão, pré-moderno, pré-político, ultrapassado, imaturo, repleto de crenças e misticismos. Tudo isso pesou contra os homens e mulheres do Contestado. As condições de miséria e penúria, com fatores da complexa realidade social que enfrentavam, levaram os camponeses à consciência de sua exploração e ao reconhecimento de sua condição de explorados. Então, alimentaram o sonho de uma sociedade diferente e foram à luta.

Pode-se concluir este breve trabalho com o entendimento de que os jovens, por um lado, têm sido vítimas de um sistema opressor, por outro, são sujeitos da história, com diferentes expressões juvenis, com realidade múltipla, fundada em representações diversas, de forma coletiva ou individual. Pode-se perceber isso, na presença e atuação de diversos jovens no Contestado e isso poderia ainda ser confirmado ao ser observada a realidade atual de muitas lideranças jovens na região do Contestado. Esses jovens, fazendo memória do Contestado, resignificam a realidade presente e lutam por outra sociedade possível.

Pesquisas atuais demonstram que muitos jovens, filhos e herdeiros do Contestado, continuam padecendo praticamente os mesmos sofrimentos e também lutando e sonhando com outro mundo possível, como outrora.⁵ O Contestado deixou grandes marcas no corpo de nossos avós e na alma de nossa gente. Ele foi um dos maiores conflitos armados da história do Brasil, acontecido em um momento em que o imperialismo norte-americano, com as empresas de colonização e os coronéis, apoiados pelo governo da época, aqui se instalaram para devastar a região, saquear as riquezas, engordar seus lucros. Para isso, criaram essa guerra no intuito de acabar as culturas locais nativas e com o povo caboclo, indígena e negro que habitava este chão. Esse povo, reunido em redutos, mesmo tido como ignorante, supersticioso, preguiçoso, pré-moderno e incapaz de desenvolver o país, liderado normalmente por jovens, resistiu até a morte na busca de reconhecimento, terra e dignidade, contra as forças da opressão que visavam fazer a

“limpeza de área”. Essa guerra continua ainda hoje a influenciar a vida, a cultura e a religiosidade do povo da região e especialmente dos jovens que continuam sendo as principais vítimas do atual sistema excludente, de opressão e violência e, também, protagonistas de uma sociedade melhor.

Atualmente, grande parte dos descendentes do Contestado vive em uma situação de miséria, violência, desemprego e analfabetismo. Porém, mesmo vivendo nesta situação e sendo herdeiros de uma luta inglória, há algo que os move, faz com que continuem confiando na vida, oferece um sentido à sua história e não os deixa desesperar. E isso pode ser chamado de mística. Por meio dela, há todo um empenho dos jovens, dos “sem poder”, dos “sem-terra” e dos “sem-direitos” para explicar, justificar e, de algum modo, controlar e enfrentar a atual realidade social que continua sendo violenta e opressora para muitos.

Enfim, é importante lembrar que os grandes movimentos de libertação do século XX, no Brasil, foram fundamentalmente movimentos de juventude e, conforme sugere Bloch (2005, p. 117, 118), “[...] as próprias épocas de mudança são os períodos de juventude na história.” Os lugares privilegiados de toda força nova, de tudo o que se move em direção ao novo são a juventude. Uma pessoa jovem sente que há dentro de si o alvorecer, o esperado, a voz do amanhã.

Ela se sente com vocação para algo que se agita por dentro, que se move no seu próprio frescor e ultrapassa o que até aquele momento veio a ser, o mundo do adulto. A boa juventude acredita que tem asas e vai atrás das melodias do seu sonhar e de seus livros, espera encontrá-las, conhece a errância ardente e obscura pelo campo e pela cidade, aguarda a liberdade que lhe está adiante. Ela é um anseio para fora de si, para sair da prisão da coerção externa, mas também por sair da própria imaturidade. O anseio pela vida adulta impulsiona o jovem, mas de tal modo que o leva a querer modificar totalmente essa vida.

Young of Contestado's inheritances and rights

Abstract

The Contestado is one of the greatest popular movements and armed conflicts in the history of Brazil. It happened between 1912 to 1916 and embodied a re-

gion equivalent to one third of the Santa Catarina territory and the southwest of Parana. Not only the geographic amplitude and the long period of war but it is also remarkable the involvement of some tens of thousands of people with great number of deaths. The Contestado scarred and still influences the life, culture and religiousness of the ones who survived and their descendents. After almost a century, the Contestado itself has been given a new significance in a way that the youth and the cabocla community finds in it a sense, an inspiration and a mystical experience that allow them to live in the present in a sympathetic way, with esteem and acknowledgement, facing the harsh reality in which they find themselves, trusting in better days. This article focuses on participation, role and influence of youth in this war, and some rights and cultural legacy of the disputed. It presents an overview of the history of war challenge, in cabocla aspects of the identity of its economy and utopia, as well as some elements of receiving and re disputed by the new generations.

Keywords: Contestado. Cultural heritage. Rights. Religion. Youth.

Notas explicativas

- ¹ Anais da Câmara dos Deputados. *Sessão de 21 de setembro de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. v. 6.
- ² Essa carta foi publicada na Folha do Comércio, de 6 de novembro de 1912.
- ³ Anais da Câmara dos Deputados. *Sessão de 21 de setembro de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. v. 6.
- ⁴ Para isso pode-se consultar: TOMAZI, Gilberto. *A mística do Contestado: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ⁵ Esta pesquisa, ainda inconclusa, já realizou 15 entrevistas com jovens ou assessores de organizações, pastoraes e movimentos sociais que trabalham com jovens em Santa Catarina. Todos os entrevistados destacam a importância do resgate da história do Contestado como referência fundamental para uma atuação mais séria e responsável com a juventude catarinense.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

ÁVILA DA LUZ, Aujor. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

CABRAL, Oswaldo R. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: 1982.

FELIPPE, J. Euclides. **O último Jagunço**: folclore na história do Contestado. Curitiba: Ed. Unc, 1995.

GALLO, Ivone. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LISBOA, T. Kleba. História de vida: “Seu Irani”. Comunidade do Morro do Horácio, Florianópolis, 1997. Entrevista.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.

OTTEN, A. **Só Deus é grande**. São Paulo: Loyola, 1990.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: episódios e impressões. Rio de Janeiro, 1916.

THOMÉ, Nilson. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador: Incon; Ed. Unc, 1992.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZI, Gilberto. **A Mística do Contestado**: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

VALENTINI, D. J. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado. Caçador: Ed. Unc, 1998.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

Recebido em 16 de fevereiro de 2009

Aceito em 2 de março de 2009

